

## Fetiche e alegoria

Jorge Grespan<sup>1</sup>

## **Resumen:**

Prosseguindo o raciocínio esboçado em comunicação anterior, apresentada no colóquio sobre Benjamin e Krakauer de 2009, quero aprofundar um tema crucial da crítica de Benjamin à modernidade. A diferença entre "alegoria" e "símbolo" como formas de representação da sociedade capitalista está fundada por uma leitura do conceito de fetiche de Marx, ao qual Benjamin deu especial atenção em seu último período de investigações (1935-1940), marcado pelo "Trabalho das Passagens". Mais exatamente, trata-se de entender de que modo e até que ponto o capital consegue organizar um movimento de totalização das relações sociais modernas, a partir da sua referência contraditória ao trabalho assalariado. O significado crítico da retomada da alegoria por Benjamin, em contraposição à pseudo-totalidade do capital e seus "símbolos", deverá receber então um interessante esclarecimento.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Universidade de São Paulo, Brasil.



## Fetiche e alegoria

Dentre os temas estudados na preparação do Trabalho das Passagens figura o da Bolsa de Valores, pelo qual Benjamin já se interessava desde a chamada "primeira fase" desta preparação, de 1928 a 1935, e que continuou investigando na "fase final". Por isso, ele já comparece no Exposé de 1935, relacionado à especulação financeira e imobiliária das transformações urbanas promovidas por Haussmann na "Paris do Segundo Império". Ali o dinheiro investido é associado diretamente à fraude e ao jogo: "Paris vive o auge da especulação. O jogo da Bolsa substitui as formas de jogo de azar herdadas da sociedade feudal. (...) As expropriações feitas por Hausmann fazem surgir uma especulação fraudulenta"<sup>2</sup>. E nos manuscritos preparatórios do *Trabalho das* Passagens, o arquivo dedicado ao estudo da "Bolsa de valores e da História Econômica" se extende na descrição de como eram comprados os votos dos políticos na Assembléia Nacional com "concessões de grandes empreendimentos", de como o governo "com suas companhias do Crédit Mobilier e outras, que propiciaram o desenvolvimento da Bolsa, desviou durante dez anos os capitais da indústria e da agricultura"; e de como a Bolsa estava aberta até para os grupos sociais mais baixos, de quem levava o dinheiro com a promessa de ganhos fáceis<sup>3</sup>.

No desdobramento da argumentação, porém, Benjamin deve ter percebido a necessidade de estudos mais detalhados e é então que começa o arquivo dos manuscritos preparatórios dedicado a Marx. Passando pelo papel da técnica na indústria moderna e pela origem da falsa consciência, o interesse incial do arquivo é claramente o conceito de "auto-alienação" do operário. Em seguida, porém, ele passa ao de "fetiche", visto como "forma derivada" da alienação, conforme um texto citado de Korsch. E é através deste autor, muito referido ao final do arquivo, que Benjamin define vários outros conceitos difíceis da teoria de Marx, como o de "valor", "valor da força de trabalho" e de "mais-valia". Mas tudo isso para ele gira em torno da compreensão do fetiche da mercadoria e do dinheiro. Em última análise, e voltando ao problema da especulação financeira e imobiliária da Paris de Haussmann, trata-se de explicar por que Marx descreve o mundo moderno como aquele no qual "o conselho do banqueiro [é]...

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Benjamin, W. – Das Passagen-Werk. Suhrkamp: Frankfurt, 1983; pp. 56-57.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Idem, ibidem, pp. 940, 942 e 943.



III SEMINARIO INTERNACIONAL POLITICAS DE LA MEMORIA DE LA MEMORIA BUENOS Aires – Argentina

mais importante que o do sacerdote". Seria porque na organização da vida burguesa o plano econômico se tornara mais importante que o espiritual? Ou será, melhor dizendo, que uma forma econômica específica, o dinheiro, começou a exercer uma função correlata à desempenhada pela religião? Nesse caso, a pergunta passa a ser como se define essa forma específica, para se revestir de tamanho poder social?

Mais uma vez, Benjamin recorre a Marx, percebendo que este "se opõe à noção de que ouro e prata seriam valores imaginários"; e faz uma longa citação do Livro I de O Capital, na edição de Korsch, que vale a pena reproduzir aqui integralmente: "como o dinheiro, em determinadas funções, pode ser substituído por meros signos dele mesmo, surgiu o engano de que ele seria um mero signo. Por outro lado, havia aí o pressentimento de que a forma de dinheiro de uma coisa seria externa a ela e mera forma de aparecimento de relações humanas ocultas por trás dela. Nesse sentido, toda a mercadoria seria um signo, pois, enquanto valor, ela é apenas o invólucro material do trabalho despendido nela. Mas na medida em que se tomam por meros signos os [...] caracteres materiais que as determinações sociais do trabalho recebem com base num determinado modo de produção, passa-se a explicá-los como produtos arbitrários do pensamento dos homens"<sup>5</sup>. Neste texto aparecem algumas idéias decisivas para a elaboração da crítica benjaminiana da modernidade, que devem ser por isso examinadas.

Em primeiro lugar, o fetiche da própria mercadoria, ao qual outros trechos do arquivo Marx são dedicados, para explicar como o processo de trabalho desaparece no produto mercantil e, daí, as qualidades por ele criadas passam a ser atribuídas à mercadoria mesma. Já por isso o texto anterior diz que "toda a mercadoria seria um signo". Mas com a repetição e a generalização das trocas a forma de mercadoria se desenvolve na de dinheiro e o fetiche da mercadoria tem o que Benjamin chama de um "clímax", quando se desdobra "nas formas mais concretas", isto é, a forma de dinheiro, em suas múltiplas funções sociais<sup>6</sup>. É no exercício dessas funções que o dinheiro "pode ser substituído por meros signos dele mesmo" e assim produzir "o engano de que ele seria um mero signo". Antes de tudo, portanto, o dinheiro não é mero signo, pois mesmo quando aparece dessa forma, ele é resultado do movimento das mercadorias, e seu fetiche é apenas o "clímax" do fetiche da mercadoria, resultado também de que

<sup>5</sup> Idem, ibidem, p. 805.

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Idem, ibidem, p. 803.

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Idem, ibidem, p. 806.



III SEMINARIO INTERNACIONAL POLITICAS DE LA MEMORIA DE LA MEMORIA BUENOS Aires – Argentina

processos sociais específicos se escondem por trás dessas formas, atribuindo-lhes poder. O dinheiro de modo algum é "mero signo" inventado pelo "arbitrário pensamento dos homens".

Em segundo lugar, porém, o texto citado reconhece que há neste "engano" um elemento real, quando diz que "por outro lado, havia aí o pressentimento de que a forma de dinheiro de uma coisa seria externa a ela e mera forma de aparecimento de relações humanas ocultas por trás dela". Por isso é que o texto continua dizendo que "nesse sentido, toda a mercadoria seria um signo", não apenas o dinheiro. Ou seja, ambos são algo colocado no lugar de algo, signo, representação de uma certa forma social do trabalho. Mas é preciso acrescentar, no sentido do que tanto Marx quanto Benjamin querem dizer, que no dinheiro o caráter de signo está mais "desenvolvido" e numa forma mais adequada, pois é equivalente a qualquer mercadoria, pode comprar tudo o que se tenha revestido desta forma de mercadoria e dar acesso ao seu possuidor a todo o mundo do trabalho social; inclusive à terra ou aos terrenos urbanos, que em si não são produto de trabalho humano, não têm valor, mas têm preço.

Dessa maneira se liga a forma mais radical do fetiche do dinheiro – o capital especulativo, em que dinheiro parece brotar do dinheiro – à compra e venda dos lotes urbanos, à consequente valorização artificial de bairros inteiros que enriqueceu os "empreendedores" nas reformas de Haussmann estudadas pelo *Trabalho das Passagens*. O dinheiro está à vontade nesses casos todos, pois aparece como signo de um poder social que se autonomiza, como forma pura, de sua origem real no mundo do trabalho. Ele mobiliza agora mercadorias que também não são produto de trabalho – lembremos que Marx além dos terrenos urbanos (no seu caso os de Londres na década de 1860), cita como exemplos desse tipo de mercadoria a consciência (Gewissen) e a honra<sup>7</sup>, justamente os artigos vendidos pelos políticos e capitalistas corruptos estudados por Benjamin na "Paris do Segundo Império".

Nesse sentido é que este último também se refere ao famoso texto em que Marx compara o valor a um "hieróglifo social", cujo "mistério" a ser "decifrado" é muito mais complexo no caso do dinheiro. E na sequência do arquivo, na discussão do conceito crucial de "trabalho abstrato", Benjamin cita outro texto do Livro I de O Capital, onde, por um exemplo, Marx critica o idealismo: "Se eu digo: o Direito romano

4

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> Sobre os terrenos de Londres a referência é MEW 24, p. 73; e sobre a consciência e a honra como mercadoria, MEW 23, p. 117.

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> Benjamin, W. – Das Passagen-Werk, p. 807.



III SEMINARIO INTERNACIONAL POLITICAS DE LA MEMORIA HAROLDO CONTI BUENOS Aŭres - Arcentina

e o alemão são ambos Direitos, isso é óbvio. Se eu digo, ao contrário: *o* Direito, este conceito abstrato, *se efetiva* em Direito romano e em Direito alemão, estes Direitos concretos, então a conexão se torna mística". Atentemos, porém, que aqui não é o idealismo como filosofia o objeto da crítica de Marx. Este "conceito abstrato" que cria as realidades particulares ao se "efetivar" – operação fundamental do Idealismo hegeliano – é o capital, que assume as diversas formas estudadas por Marx no Livro II de sua obra máxima justamente por ter se tornado um "sujeito formal". A forma social específica aqui é a da propriedade privada que, como aparece em muitos textos citados por Benjamin no seu arquivo Marx, exclui e assim domina a substância social do valor – o trabalho. Enquanto o conceito hegeliano de "sujeito" é o da "substância" que consegue controlar o seu processo de determinação e as suas formas de aparecimento, o conceito em Marx é o de um "sujeito" puramente formal, que se apodera de uma substância alheia e a *impede* de controlar sua existência e de se elevar a verdadeiro sujeito.

A "conexão mística" é real na sociedade capitalista, e está associada ao poder conferido pelo dinheiro de se apropriar do trabalho dos outros, seja pela compra de seus produtos, seja pela compra do trabalho ele mesmo, quando o dinheiro se apresenta como capital-dinheiro nas mãos de um capitalista, isto é, de um proprietário privado dos meios de produção. Por isso "o conselho do banqueiro [é]... mais importante que o do sacerdote"; por isso a religião tradicional pode até desaparecer, mas o capital coloca no lugar dela os seus próprios "signos", "hieróglifos" e "conexões místicas". Por isso é impressionante o acerto de Benjamin ao levar a sério as metáforas religiosas de Marx, que mais do que metáforas no sentido literário, são chaves de compreensão do capitalismo.

É porque detém a propriedade exclusiva dos meios de produção que o capitalista cria uma estrutura jurídica que lhe assegura esta exclusão e, por outro lado, também a possibilidade de contratar trabalhadores assalariados, de inclui-los assim como empregados, submetidos ao capital pelo contrato na forma da lei. Este mundo da forma, do qual as representações jurídicas são uma mera expressão, é o mundo unificado pelo capital dentro da sua lógica estrita de autovalorização. É onde se divide o trabalho, onde são criadas novas necessidades e desejos de consumo, onde se dá e tira o emprego dos trabalhadores, onde o capital financeiro amplia as possibilidades de produção e troca

.

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> Idem, ibidem, p. 808.



III SEMINARIO INTERNACIONAL
POLITICAS DE LA MEMORIA

CENTRO CULTURAL DE LA MEMORIA HAROLDO CONTI
Buenos Aires - Argentina

mediante o crédito, onde o mercado se torna mercado mundial, onde predomina a chamada globalização, com suas forças homogeneizantes e, por outro lado, diferenciadoras.

A totalidade e a organicidade desse mundo são reais, e seus signos, ao mesmo tempo as garantem e são por elas garantidos. O dinheiro em particular, como meio de compra, meio de pagamento e instrumento do crédito e da especulação em escala mundial, constitui o signo máximo. Como representação eficiente do poder organizador do capitalismo, o dinheiro sintetiza a própria conexão social, aparecendo no lugar do símbolo religioso; e o seu guardião, o banqueiro, "dá conselhos" e talvez até ouça confissões.

É nesse sentido que se pode aproximar esta crítica ao capitalismo do estudo do Barroco Alemão realizado por Benjamin. Só que no século XVII, como procura mostrar o autor, a religião havia perdido o poder vinculante devido à fratura protestante e às guerras de religião. Os símbolos religiosos significavam coisas diferentes para cada uma das partes em conflito, não havia mais totalidade que eles pudessem organizar nem à qual eles pudessem se referir. De acordo com Benjamin, o drama barroco em geral procura escapar desta armadilha por meio de uma outra forma de representação, a alegoria. Enquanto o símbolo tem uma referência única, possível pela unidade do mundo, no caso, o religioso, a alegoria multiplica suas referências, de modo que nela "cada pessoa, cada coisa, cada relação podia significar qualquer outra" 10.

Voltando ao capitalismo, que Benjamin nunca perdeu de vista ao estudar algo aparentemente tão afastado como o Barroco, percebe-se o quanto a totalidade e a organicidade dependem de um poder apenas "formal", isto é, não de uma substância que se põe como sujeito de sua história, mas o de uma força alheia e alienante, que se limita a explorar a substância-trabalho. Esta torção, esta inversão, compromete de maneira definitiva as pretensões do capital. Quando a oposição entre a substância e o sujeito se manifesta efetivamente, aquele poder do capital se esfuma, a autovalorização se converte em desvalorização e o mundo que ele pretendia organizar perde o eixo, revelando os fragmentos de que ele é feito – trata-se da crise.

Evidentemente, mesmo numa crise o capital conserva suas "manhas teológicas", na expressão famosa de Marx citada pelo *Exposé* benjaminiano de 1935. Admite-se o caráter fragmentário das formas sociais e a alegoria é posta a serviço da nova situação.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> Benjamin–*Ursprung des deutschen Trauerspiels*. Suhrkamp: Frankfurt, 1993, p. 152.

III SEMINARIO INTERNACIONAL
POLITICAS DE LA MEMORIA

CENTRO CULTURAL DE LA MEMORIA HAROLDO CONTI
Buenos Aires - Argentina

A efemeridade dos produtos é realçada e acelerada pela moda, que "prescreve o ritual, pelo qual o fetiche mercadoria quer ser venerado", nas palavras do Exposé. Do fetiche do dinheiro, recua-se ao da mercadoria, onde as relações sociais também estão escondidas, só que em objetos de consumo, já por natureza perecíveis, e cujo perecimento é apressado pela moda, que os tira de circulação antes de eles se desgastarem de fato. Continuando o texto imediatamente anterior, Benjamin define a "natureza" do fetiche da mercadoria como o "conflito com o orgânico. Ela acopla o corpo vivo ao mundo inorgânico. No vivo, percebe os direitos do cadáver. O fetichismo, que subjaz ao sex-appeal do inorgânico, é o seu nervo vital"<sup>11</sup>. A relação do inorgânico com o orgânico - das coisas que tomam o lugar das pessoas no mercado; do capital como trabalho morto nos meios de produção que "suga" o trabalho vivo do assalariado - é o domínio do mundo humano por uma segunda natureza que dele se destaca. E a relação do morto com o vivo, também aí presente, consiste nos "direitos do cadáver", do que deve perecer para ser substituído pela novidade trazida pela moda; daí "o sexappeal do inorgânico", numa quase necrofilia. Daí, inclusive, mais um retorno da alegoria Barroca, que "acunha numa cara – não, numa caveira" o tempo natural como o da morte, e não o da "transfiguração" numa outra vida<sup>12</sup>.

No trecho final do arquivo Marx, Benjamin conclui com suas próprias palavras: "A qualidade atribuída à mercadoria como seu caráter fetichista é inerente à própria sociedade produtora de mercadorias, não de fato como ela é, mas como ela sempre se representa (vorstellt) e acredita se entender, quando abstrai do fato de que produz mesmo mercadorias. A imagem que ela assim produz de si e que costuma designar como sua cultura corresponde ao conceito de *fantasmagoria*" A inda mais na crise, a "representação" que faz de si a sociedade capitalista é a de que existe para produzir meros produtos e atender necessidades, e não para valorizar o valor, não para produzir lucros, não para criar as necessidades que depois afirma só atender. Toda essa "cultura" não passa de "fantasmagoria", a mesma que as "fantasmagorias do espaço, a que se abandona o flâneur" e que "correspondem as fantasmagorias do tempo, a que se rende o jogador" o elemento morto do espaço da nova Paris reurbanizada por Haussmann levava o flâneur sempre para um novo lugar, na

-

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> Idem, Das Passagen-Werk, p. 51.

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> Idem, Ursprung des deutschen Trauerspiels, p. 145.

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> Idem, *Das Passagen-Werk*, p. 822; grifo meu.

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> Idem. ibidem. p. 57.



SEMINARIO INTERNACIONAL CENTRO CULTURAL DE LA MEMORIA HAROLDO COI Diliticas de la memoria Buenos Aires - Argentina

busca de uma verdadeira experiência, agora impossível; assim como o elemento morto do tempo, em que o jogador – o jogador da Bolsa de Valores – vive o seu presente na pura expectativa de ganhos em um futuro incerto.

Estes temas, contudo, são os temas da poesia de Baudelaire. E nela a alegoria tem outro caráter, conforme a interpretação de Benjamin. Desnudando os esquemas da alegoria mercantil, diz ele, "a alegoria de Baudelaire comporta rastros da violência necessária para demolir a fachada harmoniosa do mundo que o cercava", pois "aquilo que a intenção alegórica encontra é excluído do nexo da vida". Por outro lado, Benjamin admite a ambivalência desta crítica. Na seqüência do texto, ele reconhece que "o impulso destrutivo de Baudelaire em parte alguma está interessado no aniquilamento daquilo sobre o que ele recai"<sup>15</sup>. A complexidade da questão, porém, é enorme. Seria de fato possível uma alegoria crítica e revolucionária? Trata-se aqui de assunto para uma outra reflexão.

-

<sup>&</sup>lt;sup>15</sup> Idem, ibidem, pp. 414, 415.